

Inflação e acesso a alimentação no Brasil: uma revisão sobre o tema

Gabriel Ramos de Bessa
Economista pela Universidade Federal de Goiás – UFG
Email: gabrieldebessa67@gmail.com

Adriana Ferreira Silva
Docente do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGEcon) da Universidade Federal de Goiás -UFG
E-mail: adsilva@ufg.br

Área: 13 - Desigualdade, pobreza e políticas sociais
JEL: E31; Q11

RESUMO

A inflação é um fenômeno monetário que reduz o poder de compra da moeda, gerando distorções e incertezas na economia. Por afetar mais severamente os mais pobres, a inflação tende a expor essas pessoas a situações de insegurança alimentar, visto que grande parte da renda dessas famílias é destinada a compra de alimentos. O presente trabalho se insere nesse contexto, tendo por objetivo realizar uma revisão da literatura científica no Brasil, de forma a traçar um panorama dos estudos que tratam da relação entre a inflação e acesso de alimentos, buscando compreender como esta relação tem sido discutida no âmbito da literatura nacional, após a estabilização da economia brasileira advinda com o Plano Real. Tal pesquisa se justifica, uma vez que o tema se mostra relevante considerando os padrões inflacionários do país, e o crescimento da pobreza. Os resultados evidenciam que a relação entre inflação e acesso a alimentos começou a ser discutida mais frequentemente nos últimos 15 anos, sobretudo após a pandemia do COVID-19, porém a literatura nacional ainda é considerada escassa. Este estudo busca contribuir para a ampliação do conhecimento na área, favorecendo assim a formulação de políticas públicas eficientes que visem solucionar problemas de acesso a alimentos e reduzir a insegurança alimentar e nutricional do país.

Palavras-chave: Inflação; Segurança Alimentar; acesso a alimentos.

ABSTRACT

Inflation is a monetary phenomenon that erodes the purchasing power of currency, leading to distortions and uncertainties in the economy. As it disproportionately affects the poorest segments of society, inflation tends to expose these individuals to situations of food insecurity, given that a significant portion of their income is allocated to food purchases. The present study is situated within this context, aiming to conduct a literature review in Brazil to provide an overview of studies examining the relationship between inflation and food access. The goal is to understand how this relationship has been discussed in the national literature following the stabilization of the Brazilian economy with the Real Plan. This research is justified by the relevance of the topic considering the inflationary patterns of the country and the increasing poverty rates. The results highlight that the relationship between inflation and food access has been increasingly discussed over the past 15 years, particularly after the COVID-19 pandemic. However, the national literature is still considered limited. This study seeks to contribute to the expansion of knowledge in this field, thereby facilitating the formulation of effective public policies aimed at addressing food access issues and reducing food insecurity and malnutrition in the country.

Keywords: Inflation; food security; food access.

1 INTRODUÇÃO

A inflação é um fenômeno monetário resultante do aumento generalizado dos preços. Esse fenômeno reduz o poder de compra da moeda, gerando distorções e incertezas na economia. Seus efeitos atingem toda população de um país, em especial, a parcela da população mais pobre, que detêm menor acesso a instrumentos financeiros para se proteger do aumento e das distorções monetárias (BC, 2023; BACCARIN E OLIVEIRA, 2021).

Por afetar de maneira mais severa os mais pobres, a inflação tende a expor essas pessoas a situações de insegurança alimentar, uma vez que grande parte da renda dessas famílias é destinada a compra de alimentos. Segundo dados da última Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF – 2017/18) realizada pelo IBGE (2022), 24% das despesas monetárias e não monetárias correntes de famílias de baixa renda (até R\$ 1.908) estão relacionadas a gastos com Alimentação. Para as famílias de alta renda (Mais de R\$ 23.850, essa parcela não ultrapassa 12%). Além disso, mesmo entre famílias que não estão expostas a vulnerabilidade econômica, a inflação acelerada tende a comprometer o acesso a alimentos, expondo tais famílias a condições de insegurança alimentar e nutricional (RIBEIRO SILVA et al., 2020).

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é definida como “a capacidade de garantir a todos acesso a alimentos básicos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer as outras necessidades essenciais” (ALPINO et al., 2022). Desta forma, a SAN existe quando todas as pessoas tem acesso econômico e físico, de forma regular e permanente, a alimentos em quantidade suficiente, que estes sejam nutritivos e seguros, atendendo suas necessidades para uma vida ativa e saudável, sem que haja comprometimento de outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (FAO, 2000; BRASIL, 2006).

No Brasil, a prevalência de domicílios em condição de SAN apresentou retrocesso nos últimos anos. Conforme Hoffmann (2021), a proporção de domicílios com segurança alimentar cresceu de 65,1% em 2004 para 77,4% em 2013, mas caiu para 63,3% em 2017-2018. O percentual de moradores nos domicílios com segurança alimentar também diminuiu de 60,1% em 2004 para 59,0% em 2017-2018. Esse cenário refletiu que há uma forte relação entre insegurança alimentar e pobreza quando avaliada por meio do cálculo de coeficientes de correlação e cálculo de regressão. De acordo com o trabalho de Hoffmann (2021), ao examinar todas as medidas de insegurança alimentar e as medidas de pobreza, constata-se que há correlações positivas e fortemente significativas em todas elas, quase todas as medidas apresentam correlação maior do que 0,9. Analisando o nível de pobreza nos anos de 2004, 2009, 2013 e 2018, que são os anos que se dispõe de medidas de insegurança alimentar, é possível observar que a pobreza reduziu de 2004 a 2009 e de 2009 a 2013, o que é coerente, portanto, com a redução da proporção de pessoas com algum grau de insegurança alimentar de 39,9% em 2004 para 34,1% em 2009 e 25,8% em 2013. Em 2018 o nível de pobreza é significativamente maior do que em 2013, o que também é coerente com aumento substancial do nível de insegurança alimentar no período.

A partir da pandemia da Covid-19 esse cenário tendeu a se agravar. Os desajustes registrados na economia brasileira, como aumento do desemprego, desvalorização do Real e o aumento da inflação, em especial dos alimentos, refletiram-se em aumento da insegurança alimentar, em especial das famílias já em condições de vulnerabilidade econômica, conforme Baccarin e Oliveira (2021).

Entre janeiro de 2020 e junho de 2022, o IPCA (medida oficial da inflação), acumulou alta de 21,4%. Entre os grupos que compõem o IPCA, o grupo referente a Alimentos e Bebidas alcançou a alta mais expressiva no período, registrando um aumento de 33,5% (IBGE, 2023).

Pesquisas do IBGE, as quais se destacam a POF e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), destacam os efeitos negativos da inflação sobre as diferentes classes de renda, em especial, visando compreender os mecanismos adotados por tais grupos para proteger seu poder de compra perante cenários de alta generalizada nos preços e quedas na renda. Mais recentemente, o debate sobre os impactos da inflação sobre o consumo de alimentos e sua interface com a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) ganhou novos contornos, em especial após a pandemia da Covid-19, e da alta expressiva da inflação a partir de meados de 2020.

O presente estudo se insere nesse contexto, tendo por objetivo realizar uma revisão da literatura científica no Brasil, de forma a traçar um panorama dos estudos recentes que tratam da relação entre a inflação e acesso a alimentos, buscando-se avaliar com tal relação tem sido discutida no âmbito da literatura nacional.

Essa pesquisa se justifica, uma vez que o tema se mostra relevante considerando os padrões inflacionários do país, e o crescimento da pobreza, que durante a pandemia alcançou 33 milhões de pessoas (CNN BRASIL, 2022). Nesse sentido, a pesquisa avança em reunir e discutir um apanhado de estudos prévios, avaliando como os pesquisadores têm tratado o tema.

Além desta introdução, este estudo está dividido em 5 seções. A seção 2 apresenta brevemente a revisão teórica e os principais resultados empíricos da literatura sobre o tema. Em seguida, a seção 3 apresenta a metodologia com a descrição da base de dados e estratégia de estudo empregada. Na seção 4 é apresentado e discutido os resultados encontrados. Por fim, as principais considerações em relação aos resultados obtidos são evidenciadas na seção 5.

2 ACESSO A ALIMENTOS NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM INFLAÇÃO

O problema da fome como um desafio de ordem global se concebe nos cenários estabelecidos após a Primeira e a Segunda Guerra Mundial (SANTOS e SILVA, 2022). Ao longo das décadas seguintes, a ampliação dos estudos e debates sobre a fome e suas causas levou a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) a introduzir o termo Segurança Alimentar e Nutricional em seu vocabulário oficial, considerando-o como algo multifatorial que incluiria aspectos históricos, econômicos, ecológicos, culturais e políticos (JONSSON, 1989).

Desde então o problema da SAN está presente nos debates como um dos principais problemas de saúde pública. Desse modo, vários autores já se debruçaram sobre este tema, e atualmente há um vasto conteúdo com definições sobre o assunto.

Segundo Morais et al. (2018), a insegurança alimentar acontece quando não há acesso permanente a alimentos suficientes e de qualidade de modo que seja sustentável e não comprometa o acesso a outras necessidades básicas. Em conformidade com a definição anterior, para Hoffmann (1995), a insegurança alimentar pode ser entendida como a inexistência de acesso a alimentos suficientes para uma vida ativa e saudável para todas as pessoas da população.

De acordo com Santos et al (2018), a condição de insegurança alimentar representa a existência de restrições alimentares nas famílias, assim a uma preocupação com a disponibilidade de alimentos, que pode acarretar comprometimento qualitativo. Além disso, está relacionado à insegurança alimentar a falta de valorização de boas práticas alimentares em prol da saúde, respeitando os aspectos regionais e culturais, de maneira social, ambiental e economicamente sustentável (SANTOS E SILVA, 2022).

Ao analisar a definição apresentada pelos autores supracitados, é possível perceber que o objetivo de solucionar este problema, tanto no Brasil quanto a nível mundial, ainda está distante de ser alcançado, para isso nenhuma pessoa poderia sofrer com a falta de acesso a alimentação, em quantidade e qualidade adequados. No entanto, o que existe é um país onde

problemas de acesso, disponibilidade, qualidade se combinam de forma persistente entre parcela significativa da população.

Sob a ótica da oferta, mesmo o Brasil figurando entre os maiores produtores de produtos agropecuários do mundo, o preço dos alimentos para o consumidor brasileiro não está livre da pressão inflacionária, visto que parte destes produtos são destinados ao mercado internacional, sofrendo, portanto, influência dos preços externos e da taxa de câmbio. Em momentos de câmbio desvalorizado (Real desvalorizado) e preços externos em alta (como o observado ao longo de 2021), os produtores tendem a optar por produzir produtos destinados ao mercado externo garantindo com isso melhor rentabilidade. Sob a ótica da comercialização, também há uma pressão de alta nas vendas para fora do país, de forma que os produtores consigam garantir melhor precificação de seus produtos. Somados, esses efeitos (preços externos em alta e taxa de câmbio desvalorizada) tendem a se refletir em aumento nos preços dos produtos agropecuários no país, e, portanto, em aumento na inflação de alimentos.

Em relação ao aspecto econômico, estes são fatores que influenciam em grande parte o acesso a alimentação no Brasil, sobretudo quando se refere ao fenômeno da inflação. Baccarin e Oliveira (2021), destacam como a inflação de alimentos atinge mais intensamente a população com menor renda, cujo dispêndio com alimentação é relativamente mais alto que o de outras camadas sociais. Os autores chamam atenção para a diminuição da quantidade de alimentos adquirida ou a substituição daqueles com maior qualidade nutricional por alimentos menos nutritivos, o que leva ao agravamento da situação de Insegurança Alimentar e Nutricional.

Lavinas et al. (1998), em seu estudo sobre as mudanças no grau de acessibilidade alimentar no Brasil promovida pela estabilização econômica após 1994, demonstrou que ao longo de um período de alta inflação, a acessibilidade alimentar medida pelo valor calórico do salário-mínimo pode cair em mais de 50% no intervalo entre um pico de inflação e a data da correção monetária do salário nominal.

Vale ressaltar que em períodos de crise a situação é ainda mais preocupante. A inflação é reflexo de um conflito distributivo na economia, isto é, a disputa dos vários agentes pela distribuição da renda representa a questão básica do aumento nos preços (LUQUE E VASCONCELLOS, 2002). Neste sentido, se tratando mais especificamente da inflação de alimentos, pode-se dizer que o preço dos produtos alimentares pode sofrer influência de acontecimentos nas cadeias agroalimentares, sobretudo no que se refere a produção agrícola, transformação industrial e comércio varejista (BACCARIN E OLIVEIRA, 2021).

3 METODOLOGIA E DADOS

3.1 Metodologia

Com o intuito de analisar e sumarizar os estudos já realizados a respeito da relação entre acesso a alimentos e inflação, o presente estudo lança mão de uma pesquisa aplicada de caráter descritivo, e será utilizado o método de revisão integrativa.

A revisão integrativa se trata de um tipo de pesquisa onde é feito um estudo de revisão utilizando-se dados da literatura sobre determinado tema. Este tipo de pesquisa pode incluir estudos que utilizem não apenas dados quantitativos, mas também qualitativos, experimentais e não experimentais, teóricos e empíricos. A revisão integrativa tem como objetivo mapear e resumir o conhecimento em determinada área procurando analisar, integrar e agregar os resultados e as evidências dos estudos analisados. Deste modo, a revisão integrativa pode contribuir para implementação de intervenções, formulação de políticas públicas e auxilia na orientação para investigações futuras (MATTAR E RAMOS, 2021).

Como em Souza, Silva e Carvalho (2010), a realização de revisão integrativa seguiu uma série de etapas sintetizadas no Quadro 1. Nesse processo a revisão integrativa é realizada por meio de etapas que envolvem desde a definição das palavras-chave utilizadas na busca dos estudos, passando pela escolha da base eletrônica, aplicação de filtros e discussão dos estudos selecionados.

Quadro 1 – Etapas para realização da Revisão Integrativa

Etapa	Descrição
1) Elaboração da pergunta norteadora	O que você deseja pesquisar? Qual tema? Como descreveu seu objeto com palavras-chave?
2) Determine as palavras-chave	A partir do objetivo define-se as palavras-chave da pesquisa e, então, selecione operadores lógicos/booleanos para integrá-los, formando assim um descritor. Exemplo de algoritmo de busca: (“inflação de alimentos” AND “insegurança alimentar”). OBS.: “inflação de alimentos” é um termo e “AND” é um operador lógico.
3) Escolha a base eletrônica	Selecione uma base eletrônica que disponibilize estudos com informações confiáveis e de qualidade. Exemplo: Portal de Periódico Capes.
4) Realize a busca usando as palavras-chave	A busca pelos estudos (artigos, teses, monografias, livros, etc.) deve ser feita na base eletrônica escolhida.
5) Filtre a busca por critérios pré-selecionados	Aplique filtros nas buscas feitas na etapa 4. Exemplo de filtros: a) somente documentos originais; b) idioma português; c) não ser uma revisão sistemática da literatura.
6) Discuta os estudos selecionados	Reúna os artigos selecionados depois da etapa 5. Apresente suas análises e interpretações dos estudos selecionados, levando-se em conta o tema estabelecido na etapa 1.

Fonte: Elaboração própria com base em Souza, Silva e Carvalho (2010).

3.2 Dados

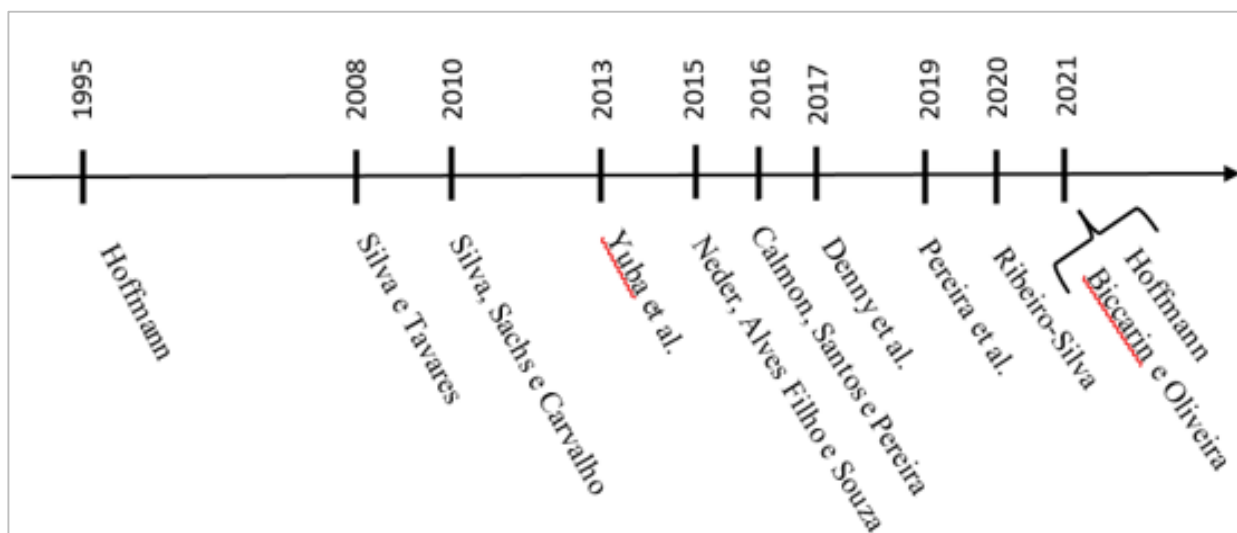
Para obtenção dos estudos analisados nessa pesquisa, partiu-se de buscas avançadas na base eletrônica Periódico Capes a partir da combinação dos descritores “segurança alimentar”, “insegurança alimentar”, “inflação”, “inflação dos alimentos”, “preço dos alimentos”, “acesso a alimentos” e “acesso à alimentação”. Os critérios de inclusão foram: (1) somente documentos originais; (2) idioma português; (3) não ser uma revisão sistemática da literatura; (4) ter relação direta com os temas estabelecidos. A partir dessa pesquisa foram selecionados inicialmente 30 documentos que foram salvos em uma pasta para organização, leitura dos resumos e análise. Essa análise foi realizada verificando as palavras chaves de busca e o conteúdo. Após a análise, foram descartados 19 documentos que não eram relativos ao objeto de pesquisa. No total 11 artigos foram elegíveis para esta revisão.

Nos artigos selecionados extraiu-se informações referentes a: características, método, abrangência geográfica, período dos estudos, dentre outras informações.

4 RESULTADOS

Os trabalhos selecionados indicam que a discussão a respeito do impacto da inflação sobre o acesso a alimentos tem ganhado novos contornos nos últimos anos. Dos 11 estudos selecionados, 10 deles foram publicados entre os anos de 2008 e 2021 (Figura 1). De forma geral, esse cenário reflete não apenas a preocupação em relação à aceleração dos preços dos alimentos após o ano de 2020, mas também a busca por maior compreensão quanto aos efeitos dessa alta para o consumo de alimentos quando analisado características relativas a produtos, gênero, idade, regiões, renda, etc. Outro fator que acentuou o número de estudos sobre o tema, foi a busca por compreensão dos efeitos dos preços dos alimentos sobre a segurança alimentar e nutricional da população com ênfase após a pandemia da COVID-19, e em especial, para as parcelas da população que detém menor renda.

Figura 1 – Evolução temporal das publicações selecionadas



Fonte: Elaboração dos autores.

Os principais resultados dos trabalhos selecionados para esta revisão sistemática de literatura são apresentados no Quadro 2. Lembrando que a sistematização adotada para mostrar os onze trabalhos relacionados ao tema desta pesquisa foi definida a partir do tema, título, autor, ano e periódico em que o estudo foi publicado.

Quadro 2 – Trabalhos selecionados relacionados ao tema desta pesquisa

Título	<i>Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil</i>
Autor/Ano	Hoffmann (1995)
Periódico	Estudos Avançados
Assunto	Análise da extensão da pobreza no Brasil, desnutrição crônica de crianças. Além disso, o autor discute o conceito de segurança alimentar, procurando estabelecer algumas linhas gerais de orientação para as políticas públicas.
Título	<i>Segurança alimentar e a alta dos preços dos alimentos: oportunidades e desafios</i>
Autor/Ano	Silva e Tavares (2008)
Periódico	Segurança Alimentar e Nutricional
Assunto	Análise de como a alta dos preços dos alimentos e recessão podem afetar a segurança alimentar e, após identificar as causas do aumento dos preços, os autores propõe políticas para avançar no combate à fome e à pobreza.
Título	<i>Volatilidade dos preços dos alimentos e insegurança alimentar das famílias de baixa renda no Município de São Paulo</i>
Autor/Ano	Silva, Sachs e Carvalho (2010)
Periódico	Informações Econômicas
Assunto	Análise da instabilidade dos preços dos alimentos consumidos pelas famílias de baixa renda no Município de São Paulo
Título	<i>Evolução dos preços relativos de grupos alimentares entre 1939 e 2010, em São Paulo, SP</i>
Autor/Ano	Yuba et al. (2013)
Periódico	Revista de Saúde Pública
Assunto	Analisar a evolução dos preços relativos dos grupos de produtos alimentares e sua influência nas políticas públicas para uma alimentação saudável.
Título	<i>Acesso à Renda e Inflação de Preços de Alimentos no Brasil: análise dos efeitos do programa Bolsa Família</i>
Autor/Ano	Neder, Alves Filho e Souza (2015)
Periódico	Revista de Economia e Sociologia Rural
Assunto	Análise dos efeitos do programa Bolsa Família sobre a segurança alimentar no Brasil, considerando-se a inflação de alimentos a partir do final dos anos 2000
Título	<i>Acesso aos alimentos e segurança alimentar e nutricional: avaliação da situação em municípios baianos</i>
Autor/Ano	Calmon, Santos e Pereira (2016)
Periódico	DEMETRA
Assunto	Avaliação da situação de Segurança Alimentar e Nutricional nos municípios do Estado da Bahia e seus principais determinantes na dimensão de acesso aos alimentos

Continua...

Título	<i>Segurança alimentar e a governança econômica global</i>
Autor/Ano	Denny et al. (2017)
Periódico	Revista de Direito Internacional
Assunto	Análise da segurança alimentar sob a ótica do Direito Econômico Internacional. Discussão sobre as causas da insegurança alimentar. Apresentação de um histórico global e brasileiro, contextualizando a questão no Direito Econômico Ambiental Internacional e na defesa dos Direitos Humanos. Além disso, tratar da problemática sob a perspectiva da governança global.
Título	<i>Segurança Alimentar e Nutricional e fatores associados em municípios baianos de diferentes portes populacionais</i>
Autor/Ano	Pereira et al. (2019)
Periódico	Segurança Alimentar e Nutricional
Assunto	Apresentação dos resultados da avaliação da Insegurança Alimentar (IA) em municípios da Bahia.
Título	<i>Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil</i>
Autor/Ano	Ribeiro-Silva (2020)
Periódico	Ciência e Saúde Coletiva
Assunto	Discussão sobre as medidas a serem adotadas pelos governos e sociedade para promover e garantir a SAN e impedir que a insegurança e a expansão da fome avancem durante e após a crise social e sanitária gerada pela pandemia.
Título	<i>Inflação de Alimentos no Brasil em Período da Pandemia da Covid 19, Continuidade e Mudanças</i>
Autor/Ano	Baccarin e Oliveira (2021)
Periódico	Segurança Alimentar e Nutricional
Assunto	Comparativo da inflação de alimentos no primeiro semestre de 2020 com a de 2007 e 2019, verificando se houve mudanças em suas características e razões.
Título	<i>Insegurança Alimentar no Brasil após crise, sua evolução de 2004 a 2017-2018 e comparação com a variação da pobreza</i>
Autor/Ano	Hoffmann (2021)
Periódico	Segurança Alimentar e Nutricional
Assunto	Análise da evolução da insegurança alimentar de 2004 a 2017-2018 e comparação com a variação da pobreza no Brasil

Fonte: Elaborado pelo autores.

O problema da falta de poder aquisitivo suficiente para se atingir uma situação segurança alimentar enfrentado por grande parte da população brasileira, é um impasse apontado e estudado de maneira profunda ainda na década de 1990 (Hoffmann, 1995). No estudo de Hoffmann (1995) é analisado a evolução da extensão da pobreza na década de 80 e apontado que, ao adotar uma linha de pobreza de 0,5 salário mínimo, há uma pequena diminuição na proporção de pobres de 1981 para 1990, 46,1% para 43,8%. No entanto, vale mencionar que, devido ao crescimento da população, o número de pobres pode crescer mesmo quando a proporção de pobres diminui. Assim, mesmo com uma redução na proporção de pobres de 1981 para 1990, o número de pessoas abaixo da linha da pobreza cresceu de 54,5 milhões para 63,2 milhões nesse mesmo período, adotando uma linha de pobreza de 0,5 salário mínimo.

Além do estudo de Hoffmann (1995), identificou-se mais dois estudos, dentre os 11 trabalhos, que se preocuparam em traçar um histórico da situação de segurança ou insegurança alimentar no Brasil com base em algum recorte temporal: Hoffmann (2021) e Denny et al. (2017). Assim como em 1995, o trabalho de Hoffmann (2021) analisa a situação de insegurança alimentar juntamente com a extensão da pobreza e desnutrição no Brasil, mas, agora, considerando os resultados entre 2004 a 2018. O estudo de Denny et al. (2017) traça não um histórico quantitativo, mas sim um histórico da transformação conceitual e das políticas públicas relacionadas ao tema no País. O autor relata que o acesso precário aos alimentos e a desigual distribuição dos mesmos se caracterizam como a questão essencial para entender as causas da insegurança alimentar e nutricional. Por outro lado, Hoffmann (1995) argumenta que este problema não se deve unicamente à pouca disponibilidade global de alimentos, mas sim à pobreza de grande parte da população.

As medidas de redução do número de pessoas em situação de fome e, conseqüentemente, de insegurança alimentar devem ser orientadas não apenas para facilitar o acesso aos alimentos por parte dos pobres, mas também a dar-lhes as demais condições básicas, como educação, saneamento, serviços de saúde, educação etc. Em conformidade com o argumento de Hoffmann (1995), Denny et al. (2017) apresenta que devido à falta de condições básicas, muitas pessoas em condições de pobreza estão infectadas com parasitas que facilmente chegam a absorver mais de um terço dos nutrientes que são consumidos. Além disso, muitos ainda sofrem de patologias que impedem a absorção adequada de nutrientes pelo intestino delgado.

Em comum esses estudos apontam que medidas mitigatórias tímidas não são suficientes para solucionar o problema dos altos índices de insegurança alimentar, a reversão dessa situação é um desafio sério que deve ter como meta principal a erradicação da fome.

Com a pandemia da COVID-19, o debate sobre os impactos da inflação sobre a segurança alimentar no Brasil se tornou ainda mais vital. Entre os 12 estudos selecionados, dois trataram dos impactos da inflação especialmente no período da pandemia do COVID-19: Ribeiro-Silva (2020) e Baccarin e Oliveira (2021). Isso mostra que, no âmbito da literatura brasileira, a discussão acerca da insegurança alimentar tende a ganhar mais vigor em cenários de crise, apesar do tema estar em debate ao longo dos últimos anos, mesmo antes da Pandemia da COVID-19.

Ribeiro-Silva (2020) aponta que as duas dimensões da segurança alimentar e nutricional (dimensão alimentar e dimensão nutricional) foram afetadas pela Pandemia da COVID-19. A dimensão se refere aos processos de disponibilidade, como a produção comercialização e acesso ao alimento. Já a dimensão nutricional se trata mais diretamente da escolha, preparo e consumo, ou seja, diz respeito ao consumo alimentar e sua relação com a saúde e com a utilização biológica do alimento.

As medidas de distanciamento e isolamento social adotadas pela maioria dos estados e municípios durante a pandemia comprometeram a dimensão alimentar, a oferta de suficiente de

alimentos frescos e minimamente processados, especialmente os provenientes da agricultura familiar. Além disso, o distanciamento social afetou a dinâmica e condição socioeconômica de inúmeras famílias brasileiras, sobretudo daquelas mais vulneráveis. Neste contexto, devido às inúmeras atividades econômicas foram interrompidas sem que houvesse medidas suficiente de amparo aos trabalhadores que perderam seus meios de acesso aos bens e serviços essenciais, dentre eles os alimentos.

Em relação à dimensão nutricional, a falta de acesso às condições básicas, como o acesso à água, saneamento básico bem como a fragilidade do sistema de saúde incide sobre o estado de saúde do indivíduo e pode limitar a utilização biológica dos nutrientes fazendo com que aumente o risco de desenvolver má nutrição.

O trabalho de Baccarin e Oliveira (2021), traça um comparativo da inflação de alimentos no primeiro semestre de 2020 (início da pandemia) com a registrada entre 2007 e 2019. No período de 2007 a 2019, enquanto o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) crescia 103,5%, um de seus nove grupos, o Índice de Preços de Alimentos e Bebidas (IPAB), crescia 155,7%. Com o início da pandemia essa situação se agravou ainda mais, o IPCA ficou praticamente estável no primeiro semestre de 2020, elevando-se em 0,1%, já o IPAB cresceu 4,1% no mesmo período. Vale ressaltar que durante a pandemia, gastos com produtos considerados não essenciais, lazer, viagem e transporte foram cortados, contribuindo para a pressão nos preços.

Tanto Ribeiro-Silva (2020) quanto Baccarin e Oliveira (2021) apontam que a omissão do Estado, no período de pandemia, para facilitar o acesso a alimentos. Deste modo, famílias já expostas a privações alimentares ficaram ainda mais vulneráveis à fome. Dentre as medidas citadas para o enfretamento da insegurança alimentar, destacam-se políticas de crédito rural com o intuito de proporcionar o aumento da renda dos agricultores familiares e estimular o aumento da produção e políticas de controle do câmbio ou de taxaço de exportação de alimentos, protegendo mais os consumidores internos em detrimento dos interesses dos exportadores, visto que dentre as causas da inflação de alimentos em 2020, aponta-se a continuidade da desvalorização do real.

Os trabalhos de Calmon, Santos e Pereira (2016) e Pereira et al. (2019) tratam da situação de segurança alimentar e do acesso a alimentos em municípios baianos. No entanto, ao tratarem dos indicadores de acesso aos alimentos, os dois estudos deram mais ênfase às questões relacionadas à renda e negligenciaram a análise direta do comportamento dos preços dos alimentos. Mas lembrando que a inflação distorce o poder de compra, relacionado justamente à renda.

Utilizando uma metodologia que adota um protocolo de indicadores, Calmon, Santos e Pereira (2016) avaliaram a situação de segurança alimentar nos municípios baianos e seus principais determinantes da dimensão de acesso aos alimentos. Os municípios foram classificados em quatro categorias: Segurança Alimentar ou em um dos três níveis de Insegurança Alimentar (leve, moderada ou grave). Nos 414 municípios avaliados, constatou-se que apenas dois estavam em situação de segurança alimentar, 119 (28,7%) se encontrava em situação de insegurança alimentar leve; 286 (69,1%), em insegurança alimentar moderada e 7 (1,7%), em insegurança alimentar grave.

Além disso os autores separaram a classificação de situação de SAN em quatro dimensões e sua influência no resultado global: disponibilidade, acesso aos alimentos, consumo e utilização biológica dos nutrientes. Observou-se que a dimensão da disponibilidade foi a que apresentou maior prevalência de insegurança alimentar grave (20,8%). Por outro lado, as dimensões consumo e utilização biológica dos nutrientes apresentaram maiores prevalências de segurança alimentar (9,2% e 13% respectivamente). Já da dimensão do acesso aos alimentos, que é o que mais nos interessa neste trabalho, constatou-se que nenhum município foi

classificado com condições favoráveis para garantia de segurança alimentar, nessa dimensão houve predominância da insegurança alimentar moderada (71,5%).

A renda *per capita* média, um dos indicadores da dimensão do acesso aos alimentos, foi considerada adequada na maioria dos municípios, contribuindo para que poucos municípios se encontrassem em situação de insegurança alimentar grave. Este resultado foi influenciado pela cobertura do Programa Bolsa Família, que se mostrou apropriada em 46,9% dos municípios e aceitável em 43,5%.

No trabalho de Pereira et al. (2019) também foram utilizadas as quatro classificações e a separação por dimensões tal qual em Calmon, Santos e Pereira (2016). No entanto, foram investigados apenas 57 municípios de diferentes portes (pequeno, médio e grande).

Apesar de apresentar percentuais de classificação dos municípios parecidos com os da investigação de Calmon, Santos e Pereira (2016), na análise de Santos e Pereira (2016) nenhum município foi classificado em situação de segurança alimentar, todos se enquadraram em algum dos três níveis de insegurança alimentar, sendo 24,6% em IA leve, 71,9% em IA moderada e 3,5% em IA grave. De acordo com essa investigação, os municípios de pequeno e médio porte predominou a insegurança alimentar moderada (74,1% e 94,7%, respectivamente). Por outro lado, nos municípios de grande porte constatou-se predominância de insegurança alimentar leve (72,7%). Na dimensão do acesso, os resultados apresentados seguiram no mesmo sentido, todos os municípios foram classificados em situação de IA, somando um total de 87,7% em IA moderada e grave.

Em comum, os trabalhos descrevem que a dificuldade ao acesso regular e permanente a alimentação está presente em praticamente todos os municípios baianos. Isso indica que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) baixo dos municípios da Bahia está associado à insegurança alimentar nas formas mais graves existente na dimensão de acesso aos alimentos. No entanto, vale ressaltar que, como demonstrado ao longo desta pesquisa, apesar da dimensão de acesso aos alimentos ter forte relação com insegurança alimentar, não é suficiente para explicá-la.

Já os trabalhos de Neder, Alves Filho e Souza (2015); Yuba et al. (2013); Silva e Tavares (2008) e Silva, Sachs e Carvalho (2010) dão maior ênfase à questão dos preços dos alimentos. No entanto, dois deles se restringem à uma análise no âmbito do município de São Paulo (Yuba et al., 2013; Silva, Sachs e Carvalho, 2010).

Neder, Alves Filho e Souza (2015), com o objetivo de avaliar o efeito da “crise mundial de alimentos” (2008/2009) sobre a segurança alimentar, analisaram o comportamento do preço da cesta básica entre os anos de 2000 e 2012, visto que muitos dos principais itens que compõem as despesas em alimentação, sobretudo das famílias com menor rendimento, poderiam ser enquadrados como produtos da Cesta Básica Nacional. Os autores observaram que ao longo deste período (2000-2012) o valor da cesta básica quase triplicou. O aumento do preço ocorreu de forma contínua, no entanto, em 2008, marco da crise de alimentos, o preço da cesta básica se elevou de forma brusca, passando de R\$186,98 para R\$229,09. Os principais produtos que puxaram o valor da cesta para cima foram a carne e o feijão, produtos estes que estão dentre os principais itens das famílias de menor rendimento.

Paralelamente, Neder, Alves Filho e Souza (2015) fazem um comparativo entre a evolução do preço da cesta básica e o comportamento do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Por meio do comparativo, perceberam que até 2007, os dois indicadores registraram leve aumento (apesar do pico no aumento do preço da cesta básica em meados de 2003), e que até 2008 ocorreu, inclusive, períodos em que o aumento do preço da cesta básica foi inferior ao INPC. No entanto, a partir de 2008, o valor da cesta se eleva bem mais do que o INPC. Tal resultado mostra que de 2008 até o último ano do período analisado (2012), os preços dos alimentos sofreram uma pressão inflacionária mais que proporcional do que a inflação de

modo geral, dificultando assim o acesso aos alimentos e agindo como agravante em cenários de insegurança alimentar.

Os autores do trabalho supracitado ainda se preocuparam em comparar a evolução do valor da cesta básica com a evolução dos preços internacionais de alimentos. Neste comparativo, observou-se que a variação do valor da cesta básica seguiu a variação dos preços internacionais, com principais picos de aumento em 2008 e 2011. Contudo, vale ressaltar que o aumento do valor da cesta básica foi, em geral, ainda maior do que os preços internacionais dos alimentos. A partir de 2011, apesar da queda nos preços internacionais, o valor a cesta continuou a subir.

Para complementar Neder, Alves Filho e Souza (2015) ainda fazem uma análise do impacto do programa Bolsa Família no contexto da crise de alimentos. Os autores concluem que os dados apresentados no estudo indicam que o Bolsa Família se caracteriza como uma ação benéfica enquanto política de combate à fome, porém insuficiente para resolver o problema da privação alimentar, uma vez que o modelo vigente do programa não afeta todo o conjunto da população em situação de fome. Para os autores mesmo se o programa acolhesse uma parcela maior da população, ainda assim, não seria possível garantir a situação de SAN, uma vez que o Programa foi incapaz de aumentar o poder aquisitivo dos brasileiros quando se compara os valores transferidos pelo programa com os preços vigentes da cesta básica. Isso indica que a renda dos brasileiros e o preço dos alimentos são fatores que afetam diretamente a acessibilidade alimentar no país.

O trabalho de Silva e Tavares (2008) foi publicado em um período em que a conjuntura econômica estava repleta de incertezas devido às preocupações para o desenvolvimento do país e à ameaça de recessão oriunda da crise imobiliária norte-americana, que rapidamente atingiu proporções globais. No entanto, apesar deste cenário, a demanda por cereais continuou alta e pressionando os preços para cima. Silva e Tavares (2008) apresentam no trabalho que no ano de 2008, marco da explosão da crise, a alta dos preços dos alimentos era quase generalizada. Na ótica da demanda, também houve aumento do consumo tanto para alimentação, humana e animal, quanto para produção de biocombustível, sobretudo o milho, matéria prima utilizada para produzir etano pelos Estados Unidos. Pelo lado da oferta, adversidades climáticas prejudicaram safras ao redor do mundo, além disso a alta do preço do petróleo aumentou o custo com transporte e, conseqüentemente, influenciou a pressão no preço dos alimentos.

Para os autores, o governo poderia contar com uma gama de ações de forma a proteger os mais pobres contra o aumento dos preços dos alimentos e impedir o agravamento da situação de insegurança alimentar, dentre elas destacam-se a redução de tarifas de importação, aumento de subsídios alimentares e a proibição ou taxação de exportação de produtos alimentares. Além disso, ressaltam a necessidade de aproveitar a alta dos preços para incentivar a agricultura familiar para consumo próprio e para comercialização, de modo que permita aumentar a renda das famílias envolvidas nesse empreendimento e, conseqüentemente, ajudar a aumentar a oferta de alimentos e frear a alta dos preços.

O estudo de Yuba et al. (2013) analisou a evolução dos preços de grupos alimentares entre 1939 e 2010 no município de São Paulo. Constatou-se que houve queda significativa na proporção dos orçamentos familiares gasta com alimentação. Por outro lado, as despesas com alimentação fora do domicílio apresentaram variação positiva ao longo do período, esse comportamento foi resultante da mudança no estilo de vida da população paulista.

A análise apresentou que os preços relativos de produtos alimentares processados tiveram visível tendência de queda em relação aos demais itens alimentares. Houve barateamento significativo dos óleos vegetais, fazendo com que ocorresse alteração emblemática no padrão de aquisição de alimentos para consumo domiciliar na cidade de São Paulo: substituição de gorduras de origem animal por óleos vegetais. Este fenômeno foi

motivado pelo processo de urbanização e industrialização do município. Em relação aos produtos *in natura*, como frutas e verduras, houve tendência de aumento de preços relativos.

O estudo demonstra que o declínio do índice relativo de preços de alimentos processados, aliado à elevação da renda populacional e à alta concentração de calorias, contribuiu para a consolidação de hábitos alimentares poucos saudáveis, contribuindo assim para a prevalência de insegurança alimentar. Vale ressaltar que a principal implicação da queda nos preços dos alimentos em geral é a o aumento do poder de compra dos salários, sobretudo após o período de estabilização da inflação em 1994.

Já o estudo de Silva, Sachs e Carvalho (2010) investigou a instabilidade dos preços dos alimentos consumidos pelas famílias de baixa renda no Município de São Paulo no período de dezembro de 1994 a março de 2009. Os resultados apresentados na pesquisa indicaram que houve uma variabilidade dos preços dos alimentos muito superior à variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA, o coeficiente de variação dos alimentos ficou acima de 200% contra 87% do IPCA. Os preços dos alimentos, naturalmente, contribuíram para a variabilidade do IPCA, dado que correspondem a quase um quarto de sua composição. Neste sentido, nos dois momentos em que o IPCA anual ultrapassou 10%, o índice de preço dos alimentos estimados superou 20%, tal movimento corresponde ao período inicial da série analisada, quando ainda havia resquícios da inflação pré-Plano e quando o país enfrentou forte movimento especulativo, em parte decorrente da eleição de Lula como presidente. Além disso, os efeitos da crise de alimentos se fizeram presente nos últimos períodos da série analisada, especialmente dos produtos *in natura*, que apresentaram uma taxa de variação anual acima de 20% por 12 meses seguidos, entre dezembro/2007 e novembro/2008.

Diferente de Yuba et al. (2013), Silva, Sachs e Carvalho (2010) não mencionou a associação do nível de preços dos alimentos com a alteração no padrão de consumo alimentar, portanto, vale ressaltar novamente que os trabalhos analisaram recortes temporais diferentes. No entanto, em comum os dois estudos supracitados apontam que a instabilidade de preços ameaça a segurança alimentar das famílias e isso demandam políticas públicas que garantam ao menos a estabilidade dos preços dos alimentos essenciais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo realizar uma revisão da literatura científica no Brasil, de forma a traçar um panorama da relação entre a inflação de alimentos, no âmbito da literatura nacional.

As análises realizadas demonstram que a relação entre inflação e acesso a alimentos começou a ser discutida com mais frequência nos últimos 15 anos, com destaque para o período que se estende ao longo da pandemia do COVID-19. Os estudos analisados ao longo da pesquisa demonstram a importância do debate acerca do tema analisado, bem como sua contribuição direta para a ampliação do conhecimento na área, colaborando assim para a criação de políticas públicas assertivas que visem solucionar o problema da insegurança alimentar e nutricional do país, não apenas sob a ótica da renda, mas da garantia de acesso aos alimentos em cenários de aceleração dos preços.

Ademais, as discussões supracitadas demonstram que a relação entre inflação e acesso a alimentos varia de acordo com a área de pesquisa dos estudiosos (saúde, sociologia, economia, etc.). Enquanto em alguns estudos a inflação é desconsiderada quando se analisa questões relacionadas ao acesso a alimentos, em outros a atenção volta-se para o tratamento de fatores estruturais ou regionais ou relacionados a hábitos e padrões de renda.

Para futuras pesquisas sobre o tema, sugere-se uma revisão sistemática que considere também a literatura internacional, para que assim seja possível reunir um maior acervo de estudos, de modo que seja conveniente incluir também na pesquisa uma análise bibliométrica.

Deste modo, considera-se ser possível analisar e fazer um comparativo entre o progresso do debate acerca do tema na literatura nacional e internacional.

REFERÊNCIAS

LUQUE, Carlos Antônio; VASCONCELLOS, Marco Antônio S. Considerações sobre o problema da inflação. *In*: PINHO, Diva B.; VASCONCELLOS, Marco Antônio S. (org). **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 315-334.

MORAIS, Dayane; SPERANDIO, Naiara; DUTRA, Luiza; FRANCESCHINI, Sylvia; SANTOS, Ricardo Henrique; PRIORE, Silvia. Indicadores socioeconômicos, nutricionais e de percepção de insegurança alimentar e nutricional em famílias rurais. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 1-11, maio /ago. 2018.

SANTOS, Taíse; SILVEIRA, Jonas; LONGO-SILVA, Giovana; RAMIRES, Elyssia; MENEZES, Risia. Tendência e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009 e 2013. **Cadernos de Saúde Pública**, Maceió, v. 34, n. 4, p. 1-17, 2018.

SANTOS, Felipe; SILVA, Roberta. **Brasil, pandemia e insegurança alimentar: Retratos da fome por meio de um livro informativo**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Design Gráfico) - Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.

LAVINAS, Lena; MANÃO, Daniele; GARCIA, Eduardo Henrique; AMARAL, Marcelo. Acessibilidade alimentar e estabilização econômica no Brasil nos anos 90. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 59-83, 1998.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan/fev. 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BC. O que é inflação. **Banco Central**, 2023, Disponível em: [O que é inflação \(bcb.gov.br\)](https://www.bcb.gov.br/pt-br/indicadores/indicadores-de-inflacao). Acesso em: 8 fev. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Painel de Indicadores. **IBGE**, 2023, Disponível em: [Painel de Indicadores | IBGE](https://cidades.ibge.gov.br/pt-br/indicadores). Acesso em: 8 fev. 2023.

ALPINO, Tais; MAZOTO, Maíra; BARROS, Denise; FREITAS, Carlos. Os impactos das mudanças climáticas na Segurança Alimentar e Nutricional: uma revisão da literatura. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 273-286, 2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - FAO. The multiple dimensions of food security. **FAO**, 2000. Disponível em: [The State of Food Insecurity in the World | FAO | Food and Agriculture Organization of the United Nations](https://www.fao.org/state-of-food-insecurity-in-the-world). Acesso em: 8 fev. 2023.

ANDRADE, Henrique; RESENDE, Isabelle. Agravada pela pandemia, fome avança no Brasil e atinge 33 milhões de pessoas, diz estudo. **CNN Brasil**. São Paulo, 8 de jun. de 2022.

Disponível em: [Agravada pela pandemia, fome avança no Brasil e atinge 33 milhões de pessoas, diz estudo \(cnnbrasil.com.br\)](https://cnnbrasil.com.br). Acesso em: 24 fev. 2023.

MATTAR, João; RAMOS, Daniela Karine. **Metodologia da pesquisa em educação: abordagens qualitativas, quantitativas e mistas**. São Paulo: Grupo Almedina, 2021.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, p. 102-106, 2010.

RIBEIRO-SILVA, Rita, PEREIRA, Marcos; CAMPELLO, Tereza; ARAGÃO, Érica; GUIMARÃES, Jade; FERREIRA, Andréa; BARRETO, Maurício; SANTOS, Sandra. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Salvador, v. 25, n. 9, p. 3421-3430, 2020.

BACCARIN, José; OLIVEIRA, Jonatan. Inflação de alimentos no Brasil em período da pandemia da COVID 19, continuidade e mudanças. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 28, p. 1-14, 2021.

NEDER, Henrique; ALVES FILHO, Niemeyer; SOUZA, Sabrina. Acesso à Renda e Inflação de Preços de Alimentos no Brasil: análise dos efeitos do programa Bolsa Família. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 53, n. 1, p. 51-70, 2015.

YUBA, Tania; SARTI, Flávia; CAMPINO, Antônio; CARMO, Heron. Evolução dos preços relativos de grupos alimentares entre 1939 e 2010, em São Paulo, SP. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 47, n. 3 p. 549-559, 2013.

SILVA, José; TAVARES, Lucas. Segurança alimentar e a alta dos preços dos alimentos: oportunidades e desafios. **Segurança alimentar e nutricional**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 62-75, 2008.

SILVA, César; SACHS, Raquel; CARVALHO, Maria. Volatilidade dos preços dos alimentos e insegurança alimentar das famílias de baixa renda na cidade de São Paulo. **Revista de Economia Mackenzie, São Paulo**, v. 8, n. 2, p. 30-44, 2010.

CALMON, Laís; SANTOS, Sandra; PEREIRA, Marlus. Acesso aos alimentos e segurança alimentar e nutricional: avaliação da situação em municípios baianos. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. (Supl.), p. 1351-1366, 2016.

PEREIRA, Marlus; PEREIRA, Maria; PANELLI-MARTINS, Bárbara; SANTOS, Sandra. Segurança Alimentar e Nutricional e fatores associados em municípios baianos de diferentes portes populacionais. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 26, p. 1-11, 2019.

HOFFMANN, Rodolfo. Insegurança alimentar no Brasil após crise, sua evolução de 2004 a 2017-2018 e comparação com a variação da pobreza. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 28, p. 1-17, 2021.

HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 9, n. 24 p. 159-172, 1995.

DENNY, Danielle; CASTRO, Douglas; MACHADO, Alexandre; FILHO, José; WITT, Gabrielle. Segurança alimentar e a governança econômica global. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 126-141, 2017.